

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 247.529 - RJ (2012/0224547-2)**

**RELATOR** : **MINISTRO RAUL ARAÚJO**  
**AGRAVANTE** : BANCO FINANCIAL PORTUGUÊS  
**ADVOGADO** : JOSÉ AUGUSTO GOMES ASSIS DE ALMEIDA - RJ026812  
**AGRAVADO** : MARIA LUIZA VICTORIA PINHO VALENTE DA SILVA E OUTROS  
**ADVOGADOS** : PEDRO DE OLIVEIRA MONTEIRO - RJ020464  
HUMBERTO DE AZEVEDO SOARES LEITE - RJ019506  
JULIANA HOPNER BUMACHAR SCHMIDT E OUTRO(S) - RJ113760

**DECISÃO**

Trata-se de agravo de decisão que inadmitiu recurso especial fundado no art. 105, III, "a" e "c", da Constituição Federal, interposto por BANCO FINANCIAL PORTUGUÊS contra v. acórdão do eg. Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, assim ementado:

*"AGRAVO DE INSTRUMENTO. PENHORA. BENS IMÓVEIS DOS AVALISTAS ADJUDICADOS PELO BANCO EXEQUENTE. EXCEÇÃO DE PRÉ-EXECUTIVIDADE ACOLHIDA PELO JUÍZO A QUO. CONTROVÉRSIA QUANTO À POSSIBILIDADE DE SER ANULADA A PENHORA, APÓS A ADJUDICAÇÃO, DE BEM DE FAMÍLIA DADO EM GARANTIA HIPOTECÁRIA PELOS AVALISTAS, SÓCIOS DA EXECUTADA, EM RAZÃO DE DÍVIDA CONTRAÍDA PELA EMPRESA. POR SER A IMPENHORABILIDADE DE BEM DE FAMÍLIA MATÉRIA DE ORDEM PÚBLICA, PODE SER ARGÜIDA EM QUALQUER FASE PROCESSUAL, NÃO HAVENDO QUE SE FALAR EM PRECLUSÃO, TENDO EM VISTA SE TRATAR DE NULIDADE ABSOLUTA, NÃO SENDO SEQUER ADMITIDA PELA JURISPRUDÊNCIA A RENÚNCIA A ESSE DIREITO. PRECEDENTES DO STJ. A EXCEÇÃO PREVISTA NO ART. 3º, INCISO V, DA LEI Nº 8.009/90 NÃO SE APLICA AO PRESENTE CASO, TENDO EM VISTA QUE O IMÓVEL NÃO FOI OFERECIDO COMO GARANTIA REAL EM BENEFÍCIO DA ENTIDADE FAMILIAR, MAS SIM, DA EMPRESA DA QUAL OS AVALISTAS ERAM SÓCIOS, NÃO SE PODENDO SIMPLEMENTE PRESUMIR QUE O MÚTUO GARANTIDO PELA HIPOTECA TENHA SIDO CONCEDIDO EM BENEFÍCIO DA FAMÍLIA, MESMO PORQUE A EMPRESA FAMILIAR NÃO SE CONFUNDE COM A PESSOA DOS SÓCIOS, DEVENDO A EXCEÇÃO À IMPENHORABILIDADE SE RESTRINGIR AOS CASOS EM QUE A HIPOTECA É INSTITUÍDA COMO*

*GARANTIA DA PRÓPRIA DÍVIDA DO CASAL, OU SEJA, OS DEVEDORES DEVEM SER OS BENEFICIÁRIOS DIRETOS DO MÚTUO, E NÃO A EMPRESA. NEGADO SEGUIMENTO DO RECURSO, NA FORMA DO ART. 557, CAPUT, DO CPC. 1.772*

Os embargos de declaração foram rejeitados (e-STJ, fls. 1.797/1.7810).

Na sequência, BANCO FINANCIAL PORTUGUÊS opôs novos embargos de declaração, os quais foram rejeitados (e-STJ, fls. 1.838/1.842).

Nas razões do recurso especial, a ora agravante alega violação ao artigo 535 do Código de Processo Civil, bem como divergência jurisprudencial. Sustenta, em síntese, a) negativa de prestação jurisdicional e b) a impenhorabilidade de bem de família não pode ser argüida após concluída a arrematação/adjudicação do imóvel.

Contrarrazões apresentadas às fls. 1.954/1.982.

Sobreveio o juízo de admissibilidade do Tribunal de origem, que inadmitiu o recurso especial, o que ensejou a interposição do presente recurso.

É o relatório. Decido.

No recurso em exame, aplica-se o Enunciado nº 2 do Plenário do STJ: "*Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/1973 (relativos a decisões publicadas até 17 de março de 2016) devem ser exigidos os requisitos de admissibilidade na forma nele prevista, com as interpretações dadas, até então, pela jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça*".

No que se refere à negativa de prestação jurisdicional, não se vislumbra a alegada violação ao art. 535, II, do CPC/1973, na medida em que a eg. Corte de origem dirimiu, fundamentadamente, as questões que lhe foram submetidas. De fato, inexistiu qualquer omissão no aresto recorrido, porquanto o Tribunal local, malgrado não ter acolhido os argumentos suscitados pelo recorrente, manifestou-se expressamente acerca dos temas necessários à integral solução da lide.

Impende ressaltar que "*se os fundamentos do acórdão recorrido não se mostram suficientes ou corretos na opinião do recorrente, não quer dizer que eles não existam. Não se pode confundir ausência de motivação com fundamentação contrária aos interesses da parte*" (AgRg no Ag 56.745/SP, Relator o eminente Ministro **CESAR**

**ASFOR ROCHA**, DJ de 12.12.1994). Nesse sentido, confirmam-se os seguintes julgados: REsp 209.345/SC, Relator o eminente Ministro **JOÃO OTÁVIO DE NORONHA**, DJ de 16.05.2005; REsp 685.168/RS, Relator o eminente Ministro **JOSÉ DELGADO**, DJ de 02.05.2005.

Acrescente-se que, conforme a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, o magistrado não está obrigado a se pronunciar sobre todos os pontos abordados pelas partes, mormente quando já tiver decidido a controvérsia sob outros fundamentos (EDcl no REsp 202.056/SP, 3ª Turma, Rel. Min. **CASTRO FILHO**, DJ de 21.10.2001).

Ademais, o dissenso pretoriano pressupõe a existência de similitude fático-jurídica entre os arestos em comparação, exigindo-se que as razões do apelo nobre apresentam argumentos hábeis a mostrar que o v. acórdão recorrido interpretou algum dispositivo de lei federal de forma diversa da exegese realizada por outro Tribunal de Segunda Instância, sob substrato fático semelhante.

Assim sendo, o recorrente deve indicar qual dispositivo de lei federal foi, no seu entender, indevidamente interpretado e, para tanto, deve fazer o cotejo analítico, mostrando a similitude fática dos acórdãos em comparação e demonstrando que o mesmo dispositivo de lei federal foi interpretado de forma antagônica.

Nesse jaez, a ausência de indicação de dispositivo legal objeto do dissenso pretoriano enseja o reconhecimento de deficiência na fundamentação no recurso especial, atraindo a incidência, por analogia, da Súmula n. 284/STF, que assim dispõe: "*É inadmissível o recurso extraordinário, quando a deficiência na sua fundamentação não permitir a exata compreensão da controvérsia.*"

Nessa linha de intelecção, destacam-se os seguintes julgados:

*"AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL INTERPOSTO COM FULCRO NA ALÍNEA "C" DO ART. 105, III DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. FALTA DE PARTICULARIZAÇÃO DO DISPOSITIVO DE LEI FEDERAL VIOLADO. ALEGAÇÕES GENÉRICAS. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 284 DO STF. FUNDAMENTO INATACADO DO ACÓRDÃO RECORRIDO. SÚMULA 283 DO STF. AGRAVO NÃO PROVIDO.*

(...)

*2. A jurisprudência consolidada deste Superior Tribunal*

*determina que na interposição do recurso especial pela alínea 'c' do permissivo constitucional é preciso particularizar o dispositivo de lei federal violado para a análise da divergência jurisprudencial entre os acórdãos recorrido e paradigma. A falta deste pressuposto recursal enseja deficiência na fundamentação e inviabiliza do conhecimento do apelo nobre, ante a incidência, por analogia, da Súmula 284 do STF, in verbis: 'É inadmissível o recurso extraordinário, quando a deficiência na sua fundamentação não permitir a exata compreensão da controvérsia'.*

*3. 'Sem a expressa indicação do dispositivo de lei federal nas razões do recurso especial, a admissão deste pela alínea 'c' do permissivo constitucional importará na aplicação, nesta Instância Especial, sem a necessária mitigação, dos princípios jura novit curia e da mihi factum dabo tibi ius, impondo aos em. Ministros deste Eg. Tribunal o ônus de, em primeiro lugar, de ofício, identificarem na petição recursal o dispositivo de lei federal acerca do qual supostamente houve divergência jurisprudencial' (...) 'A mitigação do mencionado pressuposto de admissibilidade do recurso especial iria de encontro aos princípios da ampla defesa e do contraditório, pois criaria para a parte recorrida dificuldades em apresentar suas contrarrazões, na medida em que não lhe seria possível identificar de forma clara, precisa e com a devida antecipação qual a tese insculpida no recurso especial' (AgRg no REsp 1346588/DF, Rel. Ministro ARNALDO ESTEVES LIMA, CORTE ESPECIAL, julgado em 18/12/2013, DJe 17/03/2014).*

*(...)*

*5. Agravo interno não provido."*

*(AgInt nos EDcl no AREsp 925.438/SP, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 10/11/2016, DJe 23/11/2016 - grifou-se)*

*"PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. AÇÃO REVISIONAL. CONTRATO DE ABERTURA DE CRÉDITO EM CONTA - CORRENTE. CAPITALIZAÇÃO DE JUROS. AUSÊNCIA DE INDICAÇÃO DO DISPOSITIVO VIOLADO. DISSÍDIO NÃO DEMONSTRADO. SÚMULA N. 284/STF. REPETIÇÃO SIMPLES DO INDÉBITO. POSSIBILIDADE. DECISÃO MANTIDA.*

*1. No recurso interposto pela alínea "a" do inciso III do artigo 105 da CF/1988, é imprescindível a individualização do artigo de lei federal tido por violado, sem o que incide, por analogia, a Súmula n. 284/STF.*

*2. O conhecimento do recurso pela alínea "c" do permissivo*

*constitucional exige a indicação do dispositivo legal ao qual foi atribuída interpretação divergente, bem como a demonstração do dissídio mediante o cotejo analítico dos acórdãos recorrido e paradigmas (arts. 255, §§ 1º e 2º, do RISTJ e 541, parágrafo único, do CPC), ônus dos quais o recorrente não se desincumbiu. Desse modo, incide, de forma analógica, o enunciado n. 284 da Súmula do STF.*

(...)

*4. Agravo regimental a que se nega provimento."*

(AgRg no REsp 1545012/SC, Rel. **Ministro ANTONIO CARLOS FERREIRA**, QUARTA TURMA, julgado em 06/10/2015, DJe 14/10/2015 - grifou-se)

Se não fosse o bastante, também pela alínea "c" do permissivo constitucional, esta eg. Corte de Justiça tem decidido, reiteradamente, que, para a correta demonstração da divergência jurisprudencial, deve haver o cotejo analítico, expondo-se as circunstâncias que identificam ou assemelham os casos confrontados, a fim de demonstrar a similitude fática entre os acórdãos impugnado e paradigma, bem como a existência de soluções jurídicas díspares, nos termos dos arts. 541, parágrafo único, do CPC/73 e 255, § 2º, do RISTJ. Contudo, na hipótese dos autos, não houve essa demonstração.

Da análise dos autos, denota-se que as circunstâncias fáticas expostas nos acórdãos paradigmas divergem do que foi exposto no aresto vergastado. Verifica-se, que os acórdãos paradigmas tratam de julgados que versam a devolução indevida de cheque sem fundos. Tal situação não está retratada no caso em debate.

É o entendimento do Superior Tribunal de Justiça:

*"AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DECLARATÓRIA. DANOS MORAIS. RECOLHIMENTO DE CUSTAS INICIAIS A MENOR. COMPLEMENTAÇÃO. INTIMAÇÃO DO AUTOR PARA REGULARIZAÇÃO. POSSIBILIDADE. DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL. INEXISTÊNCIA DE SIMILITUDE FÁTICA. AGRAVO INTERNO NÃO PROVIDO.*

*1. Consoante entendimento do Superior Tribunal de Justiça, o recolhimento parcial das custas processuais não enseja, de imediato, a pena de deserção, devendo a parte ser intimada para complementar o valor pago.*

*2. A ausência de similitude fática entre os arestos confrontados impede o conhecimento do recurso especial com fundamento na existência de dissídio jurisprudencial.*

3. *Agravo interno não provido.*"

(AgInt no AREsp 1175872/SP, Rel. **Ministro LÁZARO GUIMARÃES** (DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TRF 5ª REGIÃO), QUARTA TURMA, julgado em 01/03/2018, DJe 09/03/2018 - grifou-se)

*"PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL. FALTA DE SIMILITUDE FÁTICA. REEXAME DE CONTEÚDO FÁTICO-PROBATÓRIO. SÚMULA N. 7/STJ. DECISÃO MANTIDA.*

*1. Para análise da admissibilidade do recurso especial pela alínea "c" do permissivo constitucional, é necessária similitude fática entre o acórdão recorrido e o paradigma confrontado, de forma a evidenciar o dissídio jurisprudencial.*

*2. O recurso especial não comporta o exame de questões que impliquem revolvimento do contexto fático dos autos (Súmula n. 7 do STJ).*

*3. No caso concreto, o Tribunal de origem analisou as provas contidas no processo para concluir que a posse do imóvel era clandestina, além de afirmar ter ocorrido cancelamento de titulação da área pelo Estado. Alterar esse entendimento demandaria o reexame do conjunto probatório do feito, vedado em recurso especial.*

*4. Agravo interno desprovido.*

(AgInt no AREsp 581.544/TO, Rel. **Ministro ANTONIO CARLOS FERREIRA**, QUARTA TURMA, julgado em 07/11/2017, DJe 13/11/2017 - grifou-se)

Diante do exposto, nos termos do art. 253, parágrafo único, II, b, do RISTJ, conheço do agravo para negar provimento ao recurso especial.

Publique-se.

Brasília (DF), 21 de novembro de 2019.

MINISTRO RAUL ARAÚJO  
Relator